



28(2):83-100
jul/dez 2003

O SUJEITO DO CONHECIMENTO A PARTIR DO SEU LUGAR DE EFEITO

Simone Moschen Riques

RESUMO – *O sujeito do conhecimento a partir do seu lugar de efeito.* O presente artigo percorre as temáticas da estruturação do sujeito cognitivo, tendo como base os aportes de Piaget, e da estruturação do sujeito psíquico, tendo como base os aportes de Freud e Lacan. A partir deste percurso, o texto situa elementos conceituais que permitem propor algumas implicações, para o campo da Educação, da concepção da estruturação do sujeito como um efeito do operar de mecanismos de fechamento do sistema cognitivo (Piaget, 1974,1975) e de alienação ao campo do Outro (Lacan, 1957-58, 1964).

Palavras-chaves: *educação, fechamento do sistema cognitivo, alienação, psicanálise, epistemologia genética.*

ABSTRACT– *The cognitive subject from his position of effect.* The present article goes through, on the one hand, the structuring of the cognitive subject, having Piaget's principles as basis and, on the other hand, the structuring of psychic subject, having Freud's and Lacan's principles as basis. From this passage, it situates conceptual elements that allow us to propose some implications, for the educational field, of the subject structuration's conception as an effect of operating mechanisms of cognitive system closing (Piaget) and alienation on the Other field (Lacan).

Keywords: *Education, cognitive system closing, alienation, Psychoanalysis, Genetic Epistemology.*

No final do artigo *O futuro de uma Ilusão* (1974c), Freud enumera alguns fatores que podem auxiliar-nos a compreender o trabalho científico. Para o autor,

a tarefa da ciência ficará plenamente abrangida se a limitarmos a demonstrar como o mundo nos deve aparecer em consequência do caráter específico de nossa organização; (...) as descobertas supremas da ciência, precisamente por causa do modo pelo qual foram alcançadas, são determinadas não apenas por nossa organização, mas pelas coisas que influenciaram essa organização; finalmente, o problema da natureza do mundo sem levar em consideração nosso aparelho psíquico perceptivo não passa de uma abstração vazia, despi-da de interesse prático (p. 71 – grifo nosso).

Como ponto de partida desta reflexão¹, procuremos pensar algumas consequências desta enumeração.

Em primeiro lugar, propomos tomar aquilo que Freud está chamando de ciência como produção de algo passível de ser comunicado, algo que, diferentemente da neurose, que é de domínio singular, adquire um domínio público – mesmo que eventualmente possamos pensar a ciência como uma “grande neurose” que também nos assujeita. Destaca-se, nas palavras de Freud, a inclusão do sujeito que conhece no conhecimento que produz, inclusão que estabelece um limite, uma borda dentro da qual se exercita essa mesma produção. Tal borda desenha os limites dentro dos quais podem emergir as perguntas que procuram interrogar sobre a validação das proposições elaboradas. Aquilo que o sujeito pode produzir como pensamento científico é consequência do “caráter específico de sua organização”, é efeito da forma como se estabelece o laço entre ele e o mundo, sendo que qualquer apreensão que se faça do mundo, que não considere os limites que o aparelho psíquico perceptivo impõe a essa apreensão, não passa de “uma abstração”. A proposição de Freud, mais uma vez, dirige-se à idéia de que não há um mundo que possa ser apreendido, sem que essa apreensão seja mediada pelo aparelho psíquico do sujeito. Neste sentido toda a apreensão do mundo é, antes de mais nada, uma (re)invenção que se atualiza pelo operar dos instrumentos de que o aparelho dispõe. A almejada objetividade só se torna possível, no entender de Freud, à medida que a subjetividade é incluída. Tal inclusão opera como delimitadora do campo no qual as proposições funcionam e têm consequências.

É interessante recordar, aqui, algumas formulações de Maturana (1999) acerca da construção de proposições explicativas. Para ele temos dois caminhos. Primeiro, o da objetividade sem parênteses (ou o caminho das ontologias transcendentais), em que há a negação da participação do observador na constituição daquilo que ele aceita como explicação. Segundo, o caminho da objetividade entre parênteses (ou o caminho das ontologias constitutivas), que “acarreta necessariamente o reconhecimento de que é o critério de aceitabilidade que o observador aplica em seu escutar o que determina as formulações na práxis do

viver que constituem explicações nesse caminho” (p. 251). Nesta segunda posição, é central a inclusão do lugar em que o sujeito formula sua proposição, na elaboração dos critérios que a validam, assim como a inclusão da comunidade, que funciona como sustentadora, pelo consenso, da consistência dessa formulação. O que é aceito não prescinde da inclusão do sujeito e dos pares que compartilham critérios, que fazem com que uma formulação seja, naquelas circunstâncias, para aquelas pessoas e naquele tempo, parte de um domínio explicativo consensual.

Incluir o sujeito no conhecimento que ele mesmo produz faz com que Freud refute a idéia de que o sujeito, “ligado às condições de sua própria organização, não poderia produzir nada mais senão resultados subjetivos, ao passo que a natureza real das coisas a nós externas permaneceria inacessível” (1974c, p. 70). É verdade que as condições de nossa organização, a partir das quais podemos produzir, implicam os limites e as possibilidades de nossas construções. Mas isso não faz delas algo que mereça descrédito. A menos que apostássemos num saber totalizante sobre o mundo, numa verdade que transcendesse as condições de sua produção. Não é à toa que no referido texto de Freud se trave um diálogo imaginário com um interlocutor, colocado no lugar de quem defende a importância da religião no processo civilizatório.

Cabe ainda retomar, do fragmento do texto freudiano que abre esta reflexão, que as descobertas do homem não são influenciadas somente pelo modo como o aparelho psíquico está estruturado, mas também por aquilo que determinou a organização do dito aparelho e por aquilo sobre o que esta organização se exerce. Neste sentido, pode valer a pena pensarmos a estruturação dessa organização, assim como daquilo que para ela se constitui na alteridade, em relação à qual ela se atualiza e se exerce. Propomos pensar isso a partir de duas perspectivas: a cognitiva e a do inconsciente. Quanto à primeira, nos faremos acompanhar de Piaget. Quanto à segunda, de Freud e Lacan.

Um sujeito-efeito: na companhia de Piaget

Ao falarmos de construção de conhecimento, indiscutivelmente supomos um sujeito aberto aos perceptos e estímulos, capaz de se colocar numa relação de domínio e escolha frente ao que constitui como objeto a desvendar. A retomada que ora iniciamos de alguns textos piagetianos pretende pontuar a presença, em seu pensar, de um sujeito-efeito, de um sujeito sujeitado a uma organização cognitiva que luta por manter-se operante.

Para Piaget, “como os organismos, os sistemas cognitivos são, na verdade, ao mesmo tempo abertos num sentido (o das trocas com o meio) e fechados em outro, enquanto ‘ciclo’” (1975, p. 12). A dimensão aberta da cognição diz respeito ao fato de que esta se alimenta das trocas que pode realizar com o mundo,

trocas que se constituem em fonte de desequilíbrio, em motor de mudanças, em sustentação de um movimento de construção de fronteiras entre o sujeito e o objeto, cujas coordenadas variam no transcurso do tempo. A dimensão fechada, por sua vez, se refere à manutenção da organização do sistema cognitivo, organização que possui uma identidade ligada ao processo de assimilação e acomodação – invariantes na construção do ser pensante, seja qual for a fronteira que este tenha até então estabelecido entre sua máquina de pensar e o mundo.

Mas, então, como situar um sistema que é ao mesmo tempo fechado e aberto, que se modifica por força dos movimentos contínuos de integração e diferenciação? Não constituiriam tais categorias, fechado e aberto, pólos antagônicos, não solidários? Este antagonismo aparente se faz presente também no exame das fronteiras, linhas que demarcam rupturas, mas também vizinhança, contigüidade. Entre um lado da fronteira e o outro existe uma zona nebulosa em que se torna difícil situar aquilo que pertence a um campo ou a outro.

Interessa-nos, para desdobrar nossa argumentação, determo-nos na dimensão de fechamento do sistema cognitivo – nunca deixando de lado que ela se sustenta num contínuo tensionar com a dimensão de abertura. Quando o sistema cognitivo é perturbado por objetos que resistem a uma incorporação, ele não se desorganiza em seu todo, já que é próprio de seu funcionamento uma tendência à conservação, que se regula pela força que um elemento ou subsistema exerce sobre o outro. “Uma tal ação conservadora é aplicada ao sistema total pelos subsistemas ou seus elementos, e reciprocamente, o que equivale a dizer que o equilíbrio se refere, entre outras coisas, a uma solidariedade da diferenciação e da integração” (Piaget, 1975, p. 12). A integração se atualiza através do mecanismo de assimilação, ou seja, de uma operação de incorporação, ao sistema cognitivo, dos objetos que lhes são exteriores. A diferenciação, por sua vez, ganha lugar através do mecanismo de acomodação, posto em marcha quando a assimilação se vê impedida pelas particularidades de um certo objeto que resiste à incorporação por um determinado sistema cognitivo, o que demanda deste uma mudança que possa contemplar a especificidade do objeto. Assim, a diferenciação, embora diga respeito a mecanismos cognitivos que podemos adjetivar de internos, coloca-se em marcha por força da pressão exercida pelos conflitos gerados na interação do sujeito com o mundo. Tal interação desequilibra o sistema que, pela necessidade de conservar a organização que o caracteriza, estabelece diferenças internas capazes de produzir a própria manutenção. O sistema, paradoxalmente, altera-se para se manter o mesmo. Vemos que a “acomodação está continuamente subordinada à assimilação [pois é sempre coordenação de um esquema de assimilação]” (Piaget, 1975, p. 14), o que denota, por outro lado, a estreita ligação de um movimento que se abre para as trocas e que se fecha no sentido da manutenção da organização.

O objeto incorporado através da assimilação deverá ser reconstruído internamente por meio de mecanismos que são tributários de uma determinada organização. Dessa forma, a resistência que o objeto apresenta à incorporação por

determinados instrumentos cognitivos produz um desequilíbrio que põe em marcha um movimento cuja marca é a manutenção da organização e não propriamente uma suposta fidelidade ao objeto que teria garantida sua existência *per se* no real. Isso faz com que a assimilação seja sempre uma interpretação, ou, melhor dizendo, que a incorporação de um objeto a um sistema cognitivo seja sempre a atribuição de uma determinada versão a esse objeto, versão esta, ao mesmo tempo, em consonância com a atualidade do sistema cognitivo e com as possibilidades que uma determinada organização prevê. O objeto, incorporado através da abertura do sistema cognitivo às trocas com o meio, será apreendido de forma a manter o fechamento do ciclo de assimilação e acomodação, uma vez que o referido ciclo se constitui na organização que define a máquina de pensar, que especifica sua identidade. Isso faz com que *toda mudança experimentada por um organismo seja determinada por sua própria organização e não pela transmissão da informação que emana de um fora.*

Interessante observar, no que concerne ao sistema cognitivo, que a operação de fechamento diz respeito à necessidade de manter a organização que lhe é peculiar. Paradoxalmente, a organização só se mantém se pode exercer-se através de uma relação com a exterioridade, o que implica a existência, no movimento mesmo de fechamento, de uma abertura. O paradoxo entre abertura e fechamento do sistema é o próprio motor da construção incessante das fronteiras entre o que se situa num dentro, numa interioridade ao sistema, e o que constitui, para este sistema, o fora, uma exterioridade que funciona como alteridade. *A tensão existente entre estes contrários aparentes produz um espaço que funciona ao mesmo tempo como limite e ligação.*

O único regulador que podemos assinalar nas regulações cognitivas é um regulador interno. Ora, como a sua programação não é hereditária, só nos resta invocar as conservações mútuas inerentes ao processo funcional da assimilação. Isso pode parecer um inquietante círculo vicioso, posto que o ciclo das regulações seria ao mesmo tempo causa e efeito das regulações. Mas, em todo sistema biológico e social é preciso caracterizar o todo como primordial (...). (...) a totalidade de um sistema desempenha o papel de regulador no que concerne às regulações parciais, pois ele lhe impõe uma norma extremamente constrangedora: submeter-se a conservação do todo, logo ao fechamento do ciclo ou das interações (Piaget, 1975, p. 29 – grifo nosso).

Assim, se queremos precisar o que diz respeito ao sistema cognitivo, teremos que situar nossa atenção nos mecanismos que trabalham no sentido da conservação do sistema como uma totalidade mutante e não propriamente na totalidade, pois se ela é a força a constranger o sistema, no sentido da conservação de sua organização, ao mesmo tempo ela só se conserva enquanto totalidade, na medida em que pode mudar, diferenciando-se para assimilar novos elementos.

Uma vez tendo localizado no domínio do sujeito cognitivo o operar de um paradoxo no qual o sistema se sustenta na tensão gerada entre sua abertura e seu fechamento – tensionamento este responsável pela mobilidade com que as fronteiras entre tal sistema e o objeto vão se construindo e reconstruindo num percurso ao longo do tempo –, caberia seguirmos um pouco mais neste caminho, lançando agora nossos esforços na direção de pensarmos sobre a natureza das trocas entre os domínios do sujeito e do objeto. Adiantamos, de qualquer modo, que procuraremos desdobrar a proposição da existência, entre eles, de uma irreduzível heterogeneidade, propiciadora de uma mútua afetação, mas impositiva de um diálogo propriamente dito.

A equilibração constitui um processo muito geral (...) que, em grandes linhas, vem a opor compensações ativas às perturbações exteriores; compensações que variam, sem dúvida, segundo os níveis e os esquemas dos sujeitos, mas consistem sempre em reagir às perturbações sofridas ou antecipadas (Piaget, 1967, p. 37).

Diante da perturbação que o objeto impõe, o aparelho psíquico fabrica algo que, no domínio cognitivo, haverá de se constituir numa ferramenta que será matéria prima de novas fabricações de novas ferramentas cognitivas. Aquilo que foi construído não é resultante do diálogo, da articulação ou da junção entre algo que no sujeito foi perturbado pelo objeto e o próprio objeto. É, antes de tudo, resultante de um processo construtivo que busca, através do alimento que a abertura aos encontros propicia, manter, como vimos, a organização do sistema num certo fechamento.

A proposição de que o sistema cognitivo, ou mais amplamente, o sistema vivo, estrutura-se tendo como base a continuidade de sua organização é, conforme exposto anteriormente, ponto de destaque nas formulações piagetianas. “A organização continua e prossegue, por conseguinte, enquanto funcionamento, na qualidade de *condição necessária de toda transmissão e não na qualidade de conteúdo transmitido*” (Piaget, 1967, p. 174 – grifo nosso). Se, por fruto de sucessivas abstrações reflexionantes², o sistema cognitivo vai experimentando mudanças, estas nada mais são do que compensações e transformações que visam à conservação do sistema. A conservação em questão não diz respeito ao conteúdo do sistema, mas sim à sua forma – esta concebida como um funcionar em termos de assimilação e acomodação. É ela que se conserva ao longo das sucessivas transformações de conteúdo. Assim, “a função e a organização consistem em *conservar a forma* de um sistema de interação através de um fluxo contínuo de *transformações cujo conteúdo se renova* incessantemente por trocas com o exterior” (Piaget, 1967, p. 175 – grifo nosso).

A circularidade no modo de construir o objeto de estudo é marca registrada do pensamento piagetiano. Este, ao determinar o sistema cognitivo como um sistema aberto, o faz não no sentido de pontuar uma permeabilidade deste siste-

ma com o “fora”, estabelecendo, assim, uma circulação em termos de *inputs* da informação, mas antes preconiza a condição de abertura do sistema enquanto capacidade de afetação, de perturbação, que será tratada por ele de forma a manter o fechamento de sua organização, a permanência de seu operar em termos de assimilação e acomodação. Há uma abertura às perturbações externas e um fechamento cíclico sobre o modo de funcionamento, em termos de manutenção da organização do sistema. “O sujeito estrutura o mundo, estruturando seus próprios instrumentos de estruturação, quer dizer: sua lógica” (Garcia, in: Piaget & Garcia, 1989, p. 119).

A manutenção da funcionalidade ou organização do sistema constitui requisito básico para que ele permaneça vivo. Piaget (1974), ao discutir as relações entre genótipo e fenótipo, bem como sobre os efeitos do entorno no organismo, num estudo em que discute as concepções darwinianas e lamarckianas da evolução, atenta para o fato de que a quebra funcional do sistema constitui sua morte. Diz ele:

Ou bem a ação do entorno (...) destrói o ciclo e se bloqueia o crescimento, o que conduz à morte do organismo. Ou bem se aceita a ação, o que equivale a dizer que segue sendo possível a clausura do sistema cíclico. (...) Dito de outro modo, a resposta endógena, sim é positiva, constitui uma acomodação do sistema a nova situação exterior (entorno), mas conservando ao máximo sua coerência cíclica. Em um determinado sentido, esta resposta é conservadora e inclusive limitadora, excluindo as variações inaceitáveis e conservando de acordo com uma espécie de otimização tudo que pode conservar das sínteses 'normais'. Mas, em outro sentido, esta resposta é, também, dinâmica e inclusive inovadora na medida em que garante um ajuste do sistema anterior às circunstâncias imprevistas (Piaget, 1974, p. 25-26 – grifo nosso)

Conservação e inovação se sustentam mutuamente, sendo que uma não prescinde da outra para encontrar sua inscrição. Algo se conserva porque é possível até mesmo registrar a sua inovação, e algo se inova porque também é possível ao sistema conservar-se.

O risco de não atentarmos para a ordem cíclica do sistema cognitivo pode deixar-nos deslizar para a concepção de um sistema que se hierarquiza por adição de novos elementos, ou ainda para a noção de um sujeito gerenciador da informação que apreende do exterior os elementos necessários ao pensar, ou seja, um sujeito desde sempre na mesma posição de escolha e de controle dos *inputs*. Com isso nos distanciaremos do sujeito epistêmico, que se constrói na própria operação do sistema cognitivo – cuja causa e efeito são a sua constituição –, perturbado pelas resistências que o meio lhe impõe.

O equívoco central está na noção de “sistema aberto”, porque se há sistema, intervém alguma coisa semelhante a um fechamento, o qual deve ser conciliado com a abertura. (...) A abertura é pois o sistema de trocas com o meio, mas isso

em nada exclui o fechamento, no sentido de uma ordem cíclica e não linear. *Este fechamento cíclico e a abertura das trocas não se acham portanto num mesmo plano e podem ser conciliados (...)* (Piaget, 1967, p. 181 – grifo nosso).

Interessante pensar as repercussões de uma concepção do sistema cognitivo como “fechado”, pois um de seus efeitos é a colocação em questão da posição ativa do sujeito, se esta for concebida em termos de um “agir de acordo com sua vontade” (consciente). Se o sistema trabalha no sentido da manutenção de seu fechamento, o sujeito se encontra constringido em suas ações por tal manutenção, na medida em que, por um lado, o sistema pode não disponibilizar, numa certa unidade de tempo, o conjunto das ações possíveis e, por outro, as ações possíveis não são equivalentes em seu potencial conservador. Tal limite se coloca de forma não-consciente como uma força de coesão, que constringe o sujeito. Assim, a cada momento da constituição cognitiva, é possível pensar determinadas coisas e não outras, pois determinados instrumentos assimiladores foram constituídos e não outros. Da presença de uma força mantenedora da organização do sistema, infere-se o fato de que, mesmo o sujeito ativo de Piaget, que se constrói na medida em que age no mundo, tem sua atividade limitada às condições de possibilidade cognitivas, até então estruturadas, e não está numa posição de comando voluntarioso de sua atividade: ele é também efeito de uma estrutura cognitiva atual, que ele não determina.

A possibilidade de conceber o sistema cognitivo fechado como ciclos desloca o problema da cognição de forma surpreendente, pois não toma o sujeito como causa deste processo, mas como estando, paradoxalmente, *a um só tempo, em sua origem e em sua chegada*. Acentua-se, assim, uma lógica recursiva, em que o produto do operar pensante é o próprio sujeito do pensamento e não propriamente uma adequação deste ao meio, através da reduplicação do próprio meio em seu interior.

A noção de uma ordem cíclica parece indispensável à permanência do sistema aberto, pois a não ser assim essa permanência não poderia admitir sistemas reguladores e se reduziria a um equilíbrio, como balanço de forças opostas, o que não é mais específico da organização (Piaget, 1967, p. 182).

A idéia de auto-regulação como marca registrada do sistema cognitivo traz consigo a noção de um caráter cíclico. É por meio de regulações de regulações que a afetação do sistema por algo que lhe é *alter* pode ser incorporada, de forma a introduzir uma diferenciação passível de ser integrada no e pelo modo de funcionamento do dito sistema. As regulações acabam por se firmar como causa e efeito das interações, na medida em que o operar do sistema se desloca no sentido da auto-regulação, ou seja, no sentido de ceder à força coercitiva de seu fechamento, produzindo novos instrumentos reguladores. É também a presença desse fechamento que permite uma abertura cujo efeito não é a morte, o desmantelamento da organização, mas alimento para seu operar. Ao falarmos de

fechamento cíclico, aquilo que se apresentaria como origem, numa “causação” linear, aparecerá como ponto de chegada, o que implica um funcionamento cuja temporalidade se conjuga de forma retroativa. Aquilo que encontramos ao final de uma volta na espiral do conhecimento lança luz diferencial sobre o que deixamos para trás ao iniciarmos esse percurso curvo. “(...) todo sistema de conhecimento é na realidade circular. A extensão do conhecimento consiste somente, desse ponto de vista, *em alargar* tanto quanto possível o *domínio compreendido entre suas fronteiras*” (Piaget, 1967, p.183 – grifo nosso).

Ao percorrermos alguns dos textos em que Piaget tematiza o caráter cíclico e fechado do sistema cognitivo, encontramos-nos com um sujeito que, em certa medida, pode ser tomado como efeito de uma estrutura cognitiva que se altera toda vez que vê sua funcionalidade, sua organização em termos de assimilação e acomodação, ameaçada de se romper. O que vimos permite inclinar nossa argumentação no sentido de enfatizar a presença na obra de Piaget de um sujeito que se estrutura, constrangido por sua organização cognitiva atual, um sujeito que, embora ativo, desde sempre não deriva de sua atividade uma posição de domínio no que diz respeito às elaborações que, em determinado momento de sua história, lhe são possíveis.

Um sujeito-efeito: na companhia de Freud e Lacan

Ao examinarmos a estruturação do sujeito na companhia de Lacan (1998), deparamo-nos com o paradoxo que preside a relação do sujeito com Outro, a saber, o traço tanto da alienação quanto da separação nessa relação. A seguir, nos deteremos em percorrer a instauração desse paradoxo, como sendo aquele que sustenta uma marcação de fronteiras entre o eu e o não-eu.

Não é difícil constatar a prematuridade do rebento humano. O bebê, ao nascer, conta apenas com os reflexos inatos, pequenas janelas para o mundo, cuja ativação dependerá da forma como se estabelecerá, nesses primeiros tempos, a relação com o Outro, encarnado naquele(s) que faz(em) a função materna. A noção da potencialidade do processo de estruturação enquanto uma possibilidade que precisa ser ativada por um agente externo é sustentada por Freud:

(...) é uma suposição necessária a de que uma unidade comparável ao eu não existe de início no indivíduo, o eu deve ser desenvolvido. Mas as pulsões auto-eróticas são primordiais; algo deve então acrescentar-se ao auto-erotismo, uma ação psíquica nova para configurar o narcisismo (Freud, 1914, p.6 – grifo nosso).

O biológico se inscreve para Freud como uma abertura, como uma possibilidade cuja realização dependerá do enlace que o Outro virá a fazer desse corpo, antecipando ali a existência de um sujeito quando este ainda não existe.

A observação de bebês, na relação com seus cuidadores, demonstra quanto o adulto interroga a criança, supondo nela um querer e uma possibilidade de expressão. Ao ouvir o choro de seu bebê a mãe dirá: “Pedrinho, estás com fominha? Não? Não é isso? Ah! Tá querendo dar uma volta neste dia tão lindo. Vamos lá fora um pouquinho”. A antecipação, por parte do Outro primordial, da presença de um sujeito desejante, constitui o lugar a que esse sujeito pode advir, com a nuance de consistir também num sítio de alienação em relação ao Outro primordial, que sustenta essa suposição. Diríamos que, no início, o pequeno ser *é na* mãe. Se, por um lado, a possibilidade de que o bebê deslize do auto-erotismo, suportado nas reações reflexas, e passe a constituir-se como ser, depende de uma “ação psíquica”, ação esta que Lacan nos demonstrou ser o enlace que aquele que suporta a função materna faz do bebê, para situá-lo num mundo de significações; contudo, por outro lado, esse enlace acena com um horizonte de alienação, no qual toda possibilidade de ser fica atrelada ao que este Outro pode colocar em jogo.

Lacan (1998), ao retomar alguns estudos acerca da eficácia psíquica da imagem – realizados, entre outros, por Roger Caillois –, deles se instrumentaliza para pensar a estruturação primeira do ser como resultado de uma identificação com uma imagem que lhe é antecipada no Outro. Ao deparar-se com a descrição, presente na literatura, da criança que assume, diante do espelho, uma postura ereta – ainda quando sua maturação neuromotora não lhe permite sustentar seu corpo sozinha –, acompanhada por uma expressão de júbilo ao reconhecer-se na imagem ali refletida, Lacan proporá este momento como sendo o de uma identificação com aquilo que o Outro primordial reconhece como o sujeito. O reconhecimento da imagem como própria, por parte do pequeno ser, implica uma designação que venha de um outro: “este és tu”. Assim, aquele que se ocupa do bebê acenará com uma imagem que antecipa em muito as possibilidades do pequeno ser e este, por um movimento de identificação, ver-se-á ocupando o lugar que o Outro primordial lhe reserva. É na relação com aquele que sustenta para a criança uma imagem unarizada, quando ela ainda é pura dispersão, pondo em causa certa antecipação, em que o eu se constituirá. Podemos encontrar aqui a idéia de Freud de que uma nova ação psíquica deve inscrever-se para que a construção do narcisismo – do eu – se coloque em marcha.

A imagem com a qual o Outro primordial acena para a criança é tramada desde antes de seu nascimento, com os fios do desejo daqueles que do bebê se ocupam, daqueles que estão na posição de sustentar tanto a função materna quanto a paterna. Embora a criança ainda não tenha construído propriamente um passado, ela é herdeira de significantes que marcaram os que a antecederam na cadeia das gerações, significantes estes que designam uma certa posição na qual ela é esperada. Se esta espera constrói um lugar de alienação para o sujeito, que o leva a *ser nesta* designação, é somente através dela, através da existência deste berço significativo que serve de sustentação para o bebê, que lhe será

possível, em outro tempo, enunciar algo em nome próprio. Se aqueles que estão em lugar de cuidadores da criança se vêem impossibilitados de endereçar para ela um olhar desejante de antecipação, esta, ao nascer, cai num vazio, não sendo enlaçada à trama significante.

Ao trabalhar a alienação como operação fundante do ser, Lacan situa o sujeito nascente diante de uma escolha forçada: “A bolsa ou a vida! Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida sem a bolsa, isto é, uma vida decepada” (1985, p. 201). A idéia exposta por Lacan retoma o princípio de Freud relativo a uma escolha ou eleição da neurose³. Interessante assinalar que, mesmo num tempo em que se atualiza uma posição com pouca margem de manobra, na medida em que escolher a bolsa seria a própria morte do sujeito, Lacan e Freud decidem por usar o termo escolha, o que, por certo, não é algo acessório para a compreensão da alienação. Mesmo num momento de pura alienação, a possibilidade de separação não estaria antecipada, em se tratando de uma estruturação neurótica, na medida em que a operação de que se trata é uma operação de escolha?

A idéia de um tempo em que o momento subsequente já estaria antecipado é bastante frutífera, pois permite tomar a estruturação como uma sucessão de momentos lógicos e não como um acontecer marcado por uma noção de desenvolvimento. Ao examinarmos a relação primordial da mãe – termo aqui usado numa equivalência ao de agente da função materna – com seu bebê, podemos visualizar o mecanismo acima descrito de antecipação de um tempo no outro. O início da relação da mãe com o seu bebê é marcado por uma operação de falização⁴ que permite àquela tomá-lo como objeto de sua completude. É esta operação de falização que possibilita à mãe falar em nome do bebê, supondo-o como portador de um desejo que, na verdade, é ela quem nomeia. Num primeiro momento, “o que a criança busca, como desejo de desejo, é poder satisfazer o desejo da mãe, isto é, *to be or not to be* o objeto de desejo da mãe. (...) No primeiro tempo e na primeira etapa, portanto, trata-se disto: o sujeito se identifica especularmente com aquilo que é o objeto de desejo de sua mãe” (Lacan, p. 197-198). Se, do lado da criança, temos esta identificação com o lugar de objeto do desejo da mãe, do lado desta temos uma operação de inscrição, na criança, das marcas do desejo da mãe, o que se expressa, por exemplo, no fato de ela falar de e por seu bebê. Ainda que este enlace ao desejo materno produza uma operação de alienação do *infans*, a mãe suporta sua função na Lei que lhe permitiu assumir, ela própria, a posição de ser desejante.

A presença da Lei, na mãe, se expressa pela dúvida que marca a tradução que ela faz daquilo que identifica como apelo em seu filho. Uma mãe que acena com um horizonte de neurose para o bebê é uma mãe capaz de inscrever os traços de seu desejo em seu filho, tomando-o como objeto fálico, mas, mesmo assim, supondo que esta operação pode deixar um resto incapaz de ser por ela apreendido. Ou seja, ao dizer que o choro do bebê revela que ele está com fome,

num mesmo movimento é possível ao agente da função materna duvidar da tradução feita, pensando que o bebê pode bem não estar com fome, mas sim com a “barriguinha” doendo. Na presença da dúvida, vemos a marca da função paterna na mãe e os primórdios dessa função na criança.

O Outro materno precisa mostrar algum sinal de incompletude, falibilidade, ou deficiência para a separação se concretizar e para o sujeito vir a ser como \$ [sujeito barrado]; em outras palavras, o Outro materno deve demonstrar que é um sujeito desejante (e dessa forma também faltante e alienado) para que testemunhemos o advento do sujeito (Fink, 1998, p. 76).

Podemos aqui pensar no caráter paradoxal da função materna que, se por um lado apresenta-se desenhando um horizonte de fechamento que redundando na constituição de uma miragem de completude com o seu bebê, propondo a constituição de uma certa totalidade, por outro, ao atualizar sua falibilidade, inscreve a abertura necessária para que uma separação opere.

Assim, se, de uma parte, concebemos este tempo de alienação como um tempo eminentemente dual, em que o pequeno ser se identifica com uma imagem que o Outro lhe antecipa, de outra, podemos situar aí uma presença terceira, revelada pela dúvida que se inscreve no exercício dessa captura do bebê pela mãe. Dúvida esta que aponta também para um princípio de separação, na medida em que ela mesma, a dúvida, é efeito da apreensão de que aquele de quem se cuida é outro e, por isso, é portador de uma dimensão desejante não-transparente.

Embora, até então, tenhamos-nos centrado no exame da operação de alienação do sujeito ao significante que vem do Outro – “pelo fato de que o sujeito depende do significante e de que o significante está primeiro no campo do Outro” (Lacan, 1985, p.194) –, pudemos entrever quão complexo é o apelo ao tema da alienação como operador da relação com a alteridade primordial do sujeito. Isso porque, mesmo que se trate prevalentemente de uma escolha primeira que força o sujeito a perder-se no Outro, mesmo assim, vimos quanto pode já estar inscrita aí – nessa captura pelo agente da função materna – a possibilidade de uma separação. Assim, se dizemos que a alienação vem antes, só podemos fazê-lo em termos lógicos, nunca supondo tal anterioridade em termos cronológicos. Mas pensemos um pouco mais a separação...

A mãe que dirigia seu desejo “inteiramente” ao filho, tomando-o como representante imaginário do falo, ver-se-á privada pelo agente da função paterna – que aqui chamaremos de pai – da realização desta miragem de completude. É aqui que se inscreve a

(...) lei do pai, tal como imaginariamente concebida pelo sujeito como privadora da mãe. Esse é o estádio, digamos, nodal e negativo, pelo qual aquilo que desvincula o sujeito de sua identificação liga-o, ao mesmo tempo, ao primeiro aparecimento da Lei, sob a forma desse fato de que a mãe é dependente de um

objeto, que já não é simplesmente o objeto de seu desejo, mas um objeto que o Outro tem ou não tem (Lacan, 1999, p. 199).

O falo desloca-se da posição de algo que se pode ser para um lugar de circulação, atributo que se pode possuir ou então do qual podemos estar privados. A inscrição contundente de uma possibilidade de separação, resultante de uma intervenção paterna no primeiro tempo lógico de alienação, produz um deslocamento na relação imaginária e especular entre a mãe⁵ e o bebê. A esta operação de corte na relação dual chamamos de metáfora paterna. Metáfora, pois algo é substituído por outra coisa, e nessa substituição se produz uma nova significação. A miragem de completude na mãe se vê substituída pela possibilidade de situá-la de uma outra forma, recorrendo aos elementos da cultura. Não mais será possível reatualizar este momento inaugural de plenitude, mas entrará em causa a busca por reencontrar este objeto, sempre escorregadio, que poderia enfim acalmar os clamores do desejo. Sabe-se, porém, que uma metáfora produz seu sentido por efeito de uma certa alusão ao termo que recalca, daí não ser um processo de apagamento total, uma operação perfeita; a miragem “segue sustentada no pano de fundo, trabalhando, funcionando como um certo horizonte de promessa, mesmo que impossível” (Pereira, 1997, p. 99). Logo, se podemos dizer que a intervenção paterna produz uma operação de separação, a alienação segue operando como uma possibilidade ilusória.

Alienação e separação constituem um par paradoxal a reger as relações do sujeito com o fora, do sujeito com o Outro. Não se trata de dois tempos na linha de desenvolvimento na qual o momento primeiro é superado e incorporado pelo segundo, mas de duas modalidades de relação com o Outro que coabitam a subjetividade. Como vimos, mesmo num tempo de alienação, encontramos traços da possibilidade de separação antecipados no exercício da dúvida que caracteriza a função materna, bem como, ainda quando uma separação se inscreve pelo exercício da função paterna, segue como pano de fundo a miragem de um retorno a um primeiro momento de pura alienação. Ambas, alienação e separação, embora possam parecer incompatíveis, regem, num mesmo tempo, a relação do sujeito com Outro.

Fechamento, alienação e produção de conhecimento

Piaget e Freud constituíram objetos teóricos bastante distintos, travaram debates com teóricos diferentes, levantaram questões e contribuições próprias. Encontramos, contudo, em ambos, a importância que adquire a dimensão de alienação quando queremos situar o sujeito do conhecimento ou do inconsciente. Se a Piaget é caro um sujeito ativo, que se estrutura por meio de suas ações no mundo, não é menos central a idéia de que as possibilidades que estas ações

– e sua tematização – adquirem é efeito da condição atual das estruturas e da lei de manutenção da funcionalidade do sistema cognitivo, que lhe imprimem o adjetivo de “fechado em ciclos”. Para Freud, e também para Lacan, o sujeito advém no lugar que o Outro lhe antecipa, para daí ser separado pela espada da Lei, empunhada pelo agente da função paterna. Em ambos é frutífera a noção de um sujeito efeito, não completamente no domínio de suas ações, de suas elaborações, de suas escolhas.

A dimensão de alienação do sujeito e de fechamento do sistema cognitivo, presentes na relação do sujeito com o mundo e, por conseqüência, nas suas possibilidades de construção do objeto de conhecimento, produz indagações quando pensamos, por exemplo, no ensino de Terceiro Grau. Estamos nos referindo aqui não à aquisição de um conhecimento instrumental, mas à constituição de uma experiência que implica não só o conhecimento, mas, sobretudo, o saber. Estamos nos referindo a campos do conhecimento que se enfrentam com um ensino em que o acento não recai sobre um saber-fazer uniformizado, mas sobre a construção, sempre singular, de alternativas a uma dada situação.

De nossos alunos esperamos que deixem a Universidade com um pleno domínio da profissão, sabedores de grande parte do que já se construiu sobre o objeto de exercício profissional que compartilhamos. Sabemos que realmente o conhecimento é produto de uma (re)construção com avanços, e que cada sujeito deverá (re)construir aquilo que a história consagrou como socialmente aceitável e, eventualmente, agregar a essa construção novos contornos a serem legitimados ou não pela comunidade científica de que somos membros. Mesmo em se tratando de conhecimentos já construídos e consolidados na tradição do pensamento, a apropriação individual deve ser encarada como uma produção, pois cada sujeito deverá (re)construir, ele mesmo, aquilo que já foi (re)construído pelo outro. Porém, temos elementos suficientes para afirmar que *cada sujeito fará este movimento, cerceado pelo que até então construiu de ferramentas cognitivas e alienado do Outro, na medida em que a alienação é a porta de entrada na dimensão da linguagem, instância onde se estabelecem os laços desejantes que possibilitam ao sujeito inscrever fronteiras próprias em relação a um espaço de alteridade*. Como pensarmos, então, esta condição de alienação em que o sujeito se apresenta frente à tarefa de conhecer quando esta tarefa se inscreve num contexto de educação formal?

Lembremos uma passagem de Freud:

A idéia pela qual eu estava me tornando responsável de modo algum se originou em mim. Fora-me comunicada por três pessoas cujos pontos de vista tinham merecido meu mais profundo respeito – o próprio Breuer, Charcot e Chobrack, o ginecologista da Universidade (...) Esses homens tinham me transmitido um conhecimento que, rigorosamente falando, eles próprios não possuíam (Freud, 1914b, p. 22).

Vemos, nestas palavras, desdobrar-se a alusão ao fato de que aquilo que se transmite não está simplesmente do lado das informações ou dos conteúdos, mas sim de uma operação que permite ao sujeito, em contato com o mundo das idéias, tomá-las por meio de um árduo trabalho e reconstruí-las, imputando-lhes seu estilo, agregando-as ao que já havia construído, e produzindo, como resultado, algo que reconhece como próprio. Assim, mesmo que um conteúdo seja dado como pacífico pelo lugar que foi conquistando na história do pensamento, é necessário que o sujeito dele se aproprie através de um processo de reconstrução. E tal apropriação dependerá do investimento que a dita idéia despertará. Há diferenças “entre um flerte fortuito e um casamento legal com todos os deveres e dificuldades. ‘*Épouser les idées de ...*’ não é uma figura de linguagem pouco comum”(idem, p. 25). Ou ainda, como nos diz Piaget, “uma verdadeira atividade supõe o interesse” (1932, p. 49).

Freud fala de um conhecimento transmitido por seus mestres que, a rigor, nem eles sabiam que tinham. Interessante pontuar que a transmissão em jogo está do lado daquilo que falta, de uma elaboração que restou em aberto, da presença da castração no Outro, que permite ao sujeito identificar um lugar ao qual pode ligar seu desejo de conhecer. Se, ao interrogar o Outro sobre suas determinações, o sujeito não se encontra com a positividade de uma resposta totalizante, mas com alguma brecha capaz de refundar o movimento de interrogação, ele poderá franquear abertura ao circuito pulsional, desde onde é possível que emergja, como resto, a produção de um conhecimento.

O interesse de retomar as letras que em Freud, Lacan e Piaget – e neste último, talvez, de forma menos transparente a um primeiro exame – podem apontar para um sujeito que se produz como efeito, e não propriamente no completo domínio de seu acontecer, está em poder desenhar, com mais clareza, os contornos da complexidade com que se deparam aqueles que ocupam, de forma alternada, a posição de ensinar e a de aprender. Isso porque poderíamos pensar a produção do conhecimento como uma aposta na plenitude, na totalização de um sistema de compreensão que permitisse ler o mundo e nele intervir. Porém, esta aposta é feita com a moeda da incompletude do saber do sujeito acerca de seu próprio desejo. Se o conhecimento quer se inclinar na direção da totalização, o saber não deixa de reinscrever a incompletude.

A dimensão do saber presente na construção do conhecimento “comporta duas coisas: tanto uma dimensão de produção (...); quanto uma dimensão de ignorância. É por si só um exercício que implica domínio e alienação, em maior ou menor grau. (...) *O saber, aqui, não é um conteúdo ideativo, não é algo de que se possa vir a ter um conhecimento.* (...) Enfim: saber é produção, atividade, exercício, experiência” (Costa, 2001, p. 49 – grifo nosso).

(...) pelo fato do saber não poder ser, de certa forma, “acumulado” (em unidades cada vez mais “potentes”), o sujeito sempre está como quando começou:

exilado para sempre do reino da Certeza, uma vez que a castração soube deslocá-lo da posição de objeto. (...) não há chaves certas que façam do ofício de decifrador de desejos uma empresa onde hoje sabe-se mais do que ontem. Lembremos que a castração despeja o sujeito da posição de Certeza para, ao final, devolver-lhe o enigma inicialmente formulado (Lajonquière, 1992, p. 228)

O senso comum poderia nos inclinar na direção de conceber o sujeito, em sua produção do objeto de conhecimento, como estando no domínio deste processo, tanto da processualidade em jogo na construção de um sistema de compreensão, quanto dos efeitos que este sistema pode gerar no mundo e nele mesmo. Os textos que percorremos não querem nos dissuadir desta aposta, mas antes, apontar seus limites. Melhor dizendo, apontar para o fato de que é somente dentro de certos limites que esta aposta pode funcionar. Os limites não aparecem como apêndice de um processo que deve, a qualquer custo, buscar eliminá-los. Os limites implicados na posição de sujeito-efeito são a condição de possibilidade de atualização da estruturação do sujeito inconsciente e cognitivo.

O sujeito e o objeto a conhecer implicam o trânsito por uma tensão entre as posições de domínio e de efeito; implicam a alienação e a separação do sujeito em relação ao Outro, assim como a abertura e o fechamento do sistema cognitivo. O apagamento de qualquer dos pólos seria a própria morte do processo construtor. É porque o saber não se totaliza que o sujeito segue alargando as fronteiras de suas construções psíquicas e cognitivas.

Notas

1. O presente artigo retoma, de forma ampliada, proposições trabalhadas na tese “No operar das fronteiras, a emergência da função autor”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS, em março de 2002.
2. Piaget propõe basicamente duas formas de interação com o objeto, das quais resulta a construção de conhecimento: de um lado, a abstração empírica, e, de outro, a abstração reflexionante. A abstração empírica se apóia sobre os observáveis presentes nos físicos, destes retirando informações acerca das características que lhes são próprias. A abstração reflexionante trabalha não sobre os observáveis, mas sobre as ações do sujeito sobre os objetos. Ela incide nas coordenações das ações, lançando, por reflexionamento, as ditas coordenações a um patamar superior da espiral de construção do conhecimento e exigindo, então, uma reconstrução, uma reorganização mental, por reflexão, daquilo que foi no novo patamar projetado, implicando assim uma maior possibilidade de interação com os objetos – o que pode ser descrito como uma maior possibilidade de construir conceituações. A abstração reflexionante é, então, o resultado de um processo “em espiral: todo reflexionamento de conteúdos (observáveis) supõe a intervenção de uma forma (reflexão), e os conteúdos assim transferidos exigem a construção de novas formas devido à reflexão” (Piaget, 1977, p. 276).

3. Sobre a escolha da neurose Freud refere: “enquanto o ego passa por suas transformações, de ego-prazer para ego-realidade, os instintossexuais sofrem as alterações que os levam de seu auto-erotismo original, através das diversas fases intermediárias, ao amor objetal a serviço da procriação. Se estamos certos em pensar que cada passo destes dois cursos de desenvolvimento pode tornar-se local de uma disposição a doença neurótica posterior, é plausível supor que a forma assumida pela doença subsequente (a escolha da neurose) dependerá da fase específica de desenvolvimento do ego e da libido na qual a inibição disposicional do desenvolvimento ocorreu” (Freud, 1974, p. 284).
4. “Falização implica, nada menos, que uma criança fique marcada como ser desejado” (Rodulfo, 1990, p. 61).
5. As referências à mãe devem ser lidas em termos de função materna, passível de ser ocupada por todos que se responsabilizam pelas operações de: sustentação (*holding*); manuseio (*handling*); apresentação do objeto ou apresentação do mundo e sustentação primária da função paterna. (Jerusalinsky, 1984, p. 39)

Referências Bibliográficas

- COSTA, Ana. M. *Corpo e escrita – relações entre memória e transmissão da experiência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001
- FINK, Bruce. *O sujeito laciano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: *Edição standart brasileira da obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 277-290
- _____. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Edição standart brasileira da obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974a, p. 89-122.
- _____. A história do movimento psicanalítico. In: *Edição standart brasileira da obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974b, p. 16-82
- _____. O futuro de uma ilusão. In: *Edição Standart das obras completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974c, p. 13-71
- GARCIA, ROLANDO Conclusiones generales – segunda parte. In: PIAGET, J. & GARCIA, R. *Hacia una logica de significaciones*. Barcelona: Gedisa, 1989.
- JERUSALINSKY, A. *Psicanálise do autismo*. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1984.
- LACAN, Jacques. O Estádio do Espelho como formador da função do [eu] tal qual nos é revelada na experiência psicanalítica. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- _____. *As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. *Les non-dupes errent* (Inédito. Tradução de Mara Nibia da Silva, 1993).
- LAJONQUIÈRE, Leandro. *De Piaget a Freud: para repensar as aprendizagens*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

- MATURANA, Humberto. *A ontologia da realidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- PEREIRA, Lúcia. *Essa metamorfose ambulante. Adolescência: entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- PIAGET, Jean. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.
- _____. *Biologia e conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- _____. *Adaptación vital e psicología de la inteligencia*. Madri: Siglo XXI, 1978.
- _____. *A equilibração das estruturas cognitivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- _____. *Abstração reflexionante*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- PIAGET, J. & GARCIA, R. *Hacia una logica de significaciones*. Barcelona: Gedisa, 1989.
- RICKES, S. M. *No operar das fronteiras, a emergência da função autor*. Porto Alegre, 2002. Tese de doutorado : Faculdade de Educação, UFRGS, 2002
- RODULFO, Ricardo. *O brincar e o significante*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

Simone Moschen Rickes é psicanalista, membro da APPOA e professora da Faculdade de Educação da UFRGS.

Endereço para correspondência:
E-mail: simone.m.r@via-rs.net